

No CONSUN, DIRETORIA DA APROPUC DEFENDE REVISÃO DO RECREDECENCIAMENTO

Na última reunião do Consun a diretoria da APROPUC, através de seu presidente João Batista Teixeira, entregou aos conselheiros e procedeu a leitura de um manifesto onde defende a revisão dos critérios do recadastramento docente praticado pela pró-reitoria de pós-graduação.

Nos últimos meses uma série de docentes qualificados tem sido penalizada pela universidade por não seguir à risca os ditames propostos pela reitoria e que, em muitas vezes, superam inclusive os parâmetros propostos pelo MEC.

O caso que chamou mais a atenção da comunidade foi o do professor Miguel Chaia, docente qualificado com uma vasta produção científica, mas que não se enquadrou nos critérios produtivistas da universidade e foi rebaixado para professor colaborador, o que, eufemisticamente, significa descredenciamento.

Assim que o professor denunciou a sua situação de penalização inúmeros professores, departamentos e entidades nacionais e internacionais passaram a prestar solidariedade ao professor e repudiar a reitoria pelo ato autoritário.

Hoje o abaixo assinado em defesa dos professores penalizados já conta com mais de 300 assinaturas e pode ser acessado pelo link http://www.avaaz.org/po/petition/Reitoria_da_PUCSP_Revisao_dos_criterios_utilizados_no_recredenciamento_docente_da_PUCSP/?cMGBNab.

Veja ao lado os principais pontos defendidos pela APROPUC.

A manifestação da APROPUC ao Consun

(...) "Ao ignorar as determinações da Capes (Portaria nº 2, de 04/01/2012), que definem o exercício das atividades dos professores permanentes e colaboradores nos programas stricto sensu, o artigo 20, parágrafo 3º do ATO da Pró-Reitoria impede os professores "colaboradores" de exercerem atividades de docência e orientação na Pós, equivalendo a descredenciamento.

Estamos diante de critérios meramente numéricos e metrificados de forma rígida, visando descredenciar professores produtivos na metade do triênio.

(...) A APROPUC-SP não compactua com as posturas do acomodamento intelectual, nem é contrária a procedimentos avaliativos de professores. Considera, porém, que descredenciamento não pode ser mera processualidade automática, viés dos objetivos últimos de qualquer procedimento avaliativo mais sério.

(...) A APROPUC-SP considera a necessidade de combinar o reconhecimento dos verdadeiros valores intelectuais com critérios revistos através da realização de uma ampla



VICTORIA AZEVEDO

O presidente da APROPUC João Batista Teixeira lê no Consun o documento da entidade

discussão acerca do significado de "produtividade" e "produção", e propõe que os critérios de avaliação sejam debatidos e estabelecidos por meio da mais ampla participação dos professores nas instâncias de seus colegiados (...).

A APROPUC-SP denuncia o rebaixamento de professores do Programa de Ciências Sociais e se manifesta na defesa de todos os demais professores rebaixados no atual processo de avaliação, e que implica no efetivo descredenciamento.

A APROPUC-SP repudia a "universidade de resultados", o que está a exigir uma séria e imediata revisão de critérios de meritocracia pré-estabelecidos, baseados na mera publica-

ção de artigos restritos a revistas de áreas, desconsiderando a capacidade de publicação qualificada em revistas de evidente interdisciplinaridade e exige igual pontuação para livros e artigos em coletâneas.

A APROPUC-SP defende a revisão dos critérios utilizados no atual processo de credenciamento da PUC-SP, e a imediata revogação do artigo 20, parágrafo 3º, do ATO 03/2014, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, por distorcer o sentido de avaliação e por praticar injustiça contra professores qualificados (leia a íntegra do documento da APROPUC na edição 930 do jornal **PUCviva**).

Consun aprova orçamento para 2015. Reajuste de mensalidade não é divulgado

O penúltimo Conselho Universitário (Consun) do ano aprovou por unanimidade a peça orçamentária para o ano de 2015. A divulgação dos números no Conselho Universitário revestiu-se de um grande sigilo: ao contrário dos anos anteriores os conselheiros não receberam as planilhas com os valores previstos e tiveram que se contentar com a apresentação de um Power Point com os dados da previsão orçamentária e as explicações do pró-reitor de administração Antônio Carlos Gobe.

Os números indicam um avanço de R\$ 1 milhão no resultado operacional líquido em relação a 2014. A receita bruta deverá crescer cerca de 7,3%, com um ganho de aproximadamente R\$ 40 milhões. Porém, apesar das cobranças de diversos conselheiros, não foi divulgado o percentual de reajuste da mensalidade, sabendo-se que a receita bruta terá a previsão de um aumento de R\$ 40 milhões. Segundo o professor Antonio Carlos Gobe o percentual deverá ser decidido pela Fundação São Paulo. Alunos de Jornalismo leram uma carta em que reivindicam a manutenção do desconto praticado pela Fundasp para o próximo ano (leia íntegra da carta na página 4).

REAJUSTE SALARIAL

Nas premissas iniciais o pró-reitor administrativo informou que a equipe econômica da PUC-SP trabalhou com um cenário de cautela, pois a economia mundial encontra-se ainda

engessada.

Nesse sentido o aumento salarial previsto é de 8,5% para professores e funcionários, levando-se em conta aí o pagamento do abono da PLR. O comprometimento da receita com a folha de pagamento deverá baixar de 72,4% para 69%. A meta que o Termo de Ajustamento de Conduta do Ministério Público estipula para a PUC-SP para os próximos anos e chegar-se a 64%. Questionado sobre como este montante poderia ser alcançado, o pró-reitor indicou que uma parte dele será proveniente de possíveis desligamentos de docentes e funcionários por motivo de aposentadoria. O aumento da receita também deverá diminuir este comprometimento.

O resultado operacional líquido terá um acréscimo de um milhão de reais, porém os valores do montante geral terá 2/3 comprometidos com dívidas diversas da Universidade. O orçamento não contempla uma possível renegociação de dívida junto ao BNDES, o que poderia melhorar sensivelmente a situação financeira da universidade.

OUTROS ASSUNTOS

Os conselheiros também discutiram diversas reformas de Planos Acadêmicos. A maioria deles foi aprovada, ficando pendentes os planos de Geografia e Medicina, para os quais foram feitos pedidos de vistas (veja matéria sobre o Consad nesta página).

Também o regulamento dos cursos de educação

continuada da PUC-SP foi examinado e apesar do adiantado da hora, muitas foram as questões que tiveram que ser resolvidas. A conselheira Rosana Alves levantou uma série de problemas do texto original. A principal delas era a que dizia que o coordenador de cursos de extensão deve obrigatoriamente ser doutor, quando o regimento da universidade prevê somen-

te a figura do mestre para ocupar tal cargo. Os conselheiros optaram por manter a alteração, pois o regimento diz pelo menos mestre. No entender da professora Alexandra Geraldini a alteração se justifica pelo fato de que as avaliações do MEC penalizam os cursos que não tiverem doutores em suas coordenações.

O último Consun do ano acontecerá no dia 10/12 e o Consad no dia seguinte, 11/12.

Consad examina orçamento

O Conselho de Administração da PUC-SP ouviu a apresentação do orçamento semelhante àquela efetuada pelo professor Antônio Carlos Gobe, no dia anterior, durante o Consun. Na realidade os conselheiros do Consad não votam o orçamento, apenas encaminham o texto com recomendações para as instâncias superiores. Nesse caso, o Consad alertou ao Conselho Superior da Fundasp que o atual orçamento deve guiar-se pelas premissas apontadas anteriormente pelo Conselho de Administração e Finanças da Fundasp.

O Consad também exa-

minou os PPCs dos cursos que foram discutidos no Consun, os secretários-executivos da Fundação pediram vistas na maioria dos processos para que sejam examinadas possíveis variações das margens de contribuição de alguns cursos.

Também foi informado pelo padre Rodolpho Perazzolo que a PUC-SP conseguiu a designação de comunitária, o que lhe garante a equiparação com as universidades federais e estaduais na obtenção de verbas para pesquisa e outras vantagens que antes somente eram privilégio de outras universidades governamentais.

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Marcela Reis,
Marina D'Aquino e
Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e
Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz
Abramides, João B. Teixeira,
Hamilton Octavio de Souza e
Victoria C. Weischtordt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP:
05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182,
7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 – **Correio
Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.
com.br – **PUCViva na Internet:**
www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente
as posições das entidades e da redação.

UERJ discute problema do produtivismo acadêmico

A questão do produtivismo acadêmico sucitada pela punição praticada pela PUC-SP contra vários de seus docentes mais produtivos, também vem se alastrando por todo o país, fazendo com que a qualidade da produção acadêmica seja substituída por meros parâmetros quantitativos. Abaixo reproduzimos um documento da Faculdade de Serviço Social da UERJ que relata problema semelhante ocorrido naquela universidade.

Documento da Faculdade de Serviço Social (FSS) frente às mudanças propostas pela Subreitoria de Pós-graduação e Pesquisa (SR2) no Banco de Produção Científica (BPC) da UERJ

A FSS tem como objetivo oferecer ensino superior de qualidade, público e gratuito, tendo como perspectiva a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, as mudanças propostas pela SR2 no BPC trouxeram profundas preocupações à Comunidade da FSS. Atendendo ao convite da SR2 para participarmos do processo, contribuindo com o debate, encaminhamos o documento elaborado com base nas discussões da Comunidade da Faculdade de Serviço Social, em Reunião Geral da Unidade de Ensino.

Nele, entendemos que são vários os aspectos a serem observados:

1. Na proposta do BPC, apresentada pela SR2, no nível A somente será

considerada produção de Coordenadores de pesquisas financiadas por órgãos de fomento. No nível B, apenas a produção dos participantes de pesquisas financiadas por órgãos de fomento será considerada.

Essa concepção desconsidera que as demais pesquisas sejam financiadas, reduzindo a ideia de financiamento aos órgãos de fomento. A UERJ, por exemplo, por ser a universidade em que trabalhamos, financia todas as pesquisas com pagamento de nossos salários, salas, equipamentos e infraestrutura, bem como bolsas de Iniciação Científica, Iniciação Tecnológica e Estágio Interno Complementar. O próprio Prociência – que consta da Lei do PCD (Lei nº 5343/2008) como bolsa de produtividade da UERJ e não se destina a outras universidades - também é desconsiderado, portanto.

Ao mesmo tempo, fica claro que subjaz a essa concepção uma hierarquização das pesquisas. Nesse quadro, as seguintes questões se colocam: as pesquisas não financiadas por órgãos de fomento, mas apenas pela UERJ são consideradas de menor importância pela SR2? Se levarmos em conta que a maioria das pesquisas realizadas na UERJ não têm financiamento de órgãos de fomento, porque os editais dizem respeito ao conjunto das universidades brasileiras - públicas ou privadas - a pesquisa na UERJ não ficará prejudicada, uma vez que essa maioria não poderá realizá-las ou as realizará em condi-

ções precárias, com carga horária mínima porque a produção advinda delas não contará?

Preocupa-nos que a lógica a presidir essa proposta seja a de aprofundar o que já vem ocorrendo: o financiamento da universidade pelos professores, individualmente, antes de se lutar por mais verbas junto ao governo do Estado. Com essa concepção não concordamos.

2. Nas produções a serem pontuadas nos três níveis, observamos que no nível 1, o artigo deve ser completo, publicado em periódico Qualis A1, A2 e B1. No nível B será pontuado artigo completo publicado em periódico Qualis B2, B3, B4 e B5. Os livros a serem pontuados no nível 1 devem ter editora nível 1. No nível 2 deve ter editora nível 2.

Observamos, primeiramente, que a classificação do livro em diferentes níveis será realizada pelo Conselho Consultivo da SR2, mas os critérios a serem usados não são trazidos a público para debate nas unidades acadêmicas.

Mas nesse item como um todo, entendemos que estão sendo adotados critérios estranhos ao nosso controle acadêmico, porque não se estimula debates das pesquisas e das produções nos Departamentos – onde são lotados os professores de nossas Unidades de Ensino – impossibilitando avaliações internas também. Ao mesmo tempo, não se considera as pesquisas e as produções do ponto de vista de sua relevân-

cia e validade para a universidade - como fundamento para a relação com o ensino de graduação e de pós e com a extensão -, para a área da ciência de onde provêm os estudos e as produções, mas também para a sociedade que mantém a universidade.

3. Na mesma proposta, os professores-assistentes com 40 horas terão, no máximo, 10 horas de pesquisa. Isso, certamente, impede que os mesmos se dediquem de forma equilibrada à relação ensino, pesquisa e extensão, mas também limita as possibilidades dos seus integrantes desenvolverem estudos voltados para a busca de doutoramento, dificultando sua mobilidade na carreira.

Com os professores-auxiliares a situação é ainda mais grave já que estão impedidos de realizar pesquisa. Além de impor limites à relação ensino, pesquisa e extensão, ao desenvolvimento dos seus integrantes, impedindo-os de se qualificarem e terem mobilidade na carreira, a nosso ver, a proposta infringe a Lei do PCD (Lei nº 5343/2008) – constituindo-se, portanto, medida ilegal.

Em relação às duas categorias de nossa carreira, tais medidas parecem punir aqueles que ainda não fizeram o mestrado e/ou doutorado, tendo como uma das graves consequências pessoais a estagnação na carreira e o rebaixamento do próprio ensi-

continua na próxima página

continuação da página anterior

no na UERJ.

4. Propõe que as atividades de orientação de TCC ou monografia no âmbito da graduação, de bolsas de Iniciação à Docência, Estágio Interno Complementar e Extensão sejam excluídas da pontuação no BPC, excetuando-se as bolsas de Iniciação Científica. Em nosso entendimento, isso significa uma desqualificação do ensino no âmbito da graduação e também da extensão como atividades docentes produtoras de conhecimento. Da mesma maneira, como em outras propostas já apontadas, aqui, identificamos a ruptura da relação entre ensino, pesquisa

e extensão.

De um modo geral, entendemos que essa proposta não amplia, como aponta a Nota de Esclarecimento da SR2. Ao contrário, ao mesmo tempo em que faz uma transposição mecânica para o BPC - instrumento que rege a nossa carga horária de trabalho dentro da universidade - de regras impostas pelos órgãos de fomento utilizadas para aprovar projetos em editais e/ou bolsas de produtividade, impõe a lógica da exclusão de um conjunto significativo de professores do processo de realização de pesquisa, desequilibra a relação ensino, pesquisa e extensão, hierarquizando produções a partir de interesses externos, sem se atentar à relevância de nossos estudos e

produção para a universidade, as ciências e a sociedade. Portanto, essa proposta não possibilita identificar "a capacidade de pesquisa científica, tecnológica e artística instalada, assim como o potencial de desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento na UERJ", como coloca a Nota de Esclarecimento, ao contrário, mais do que vedar a possibilidade de as identificarmos e as suas potencialidades, impede que se concretizem; pode encerrar muitas pesquisas que vêm ocorrendo. Da mesma maneira, se a "atividade de pesquisa cresceu em quantidade e qualidade", até hoje, isso ocorreu porque temos trabalhado de uma maneira que a proposta de BPC da SR2 desmonta. Como pes-

quisadores da realidade que somos, entendemos que a SR2 deve partir do conhecimento da realidade da pesquisa na UERJ; deve entender como ela se dá para ter um quadro geral e não criar um modelo de análise que pretende enquadrar a realidade nele. Dentre vários resultantes, isso manietta a criatividade científica, tecnológica e artística e não amplia, não valoriza a qualidade de nossa produção. A qualificação da pesquisa na Universidade fica absolutamente prejudicada, a relação entre ensino, pesquisa e extensão se rompe e nós, professores da FSS, não podemos concordar!

Profa Dra Cleier Marconsin e Profa Dra Andréa de Souza Gama

FALA COMUNIDADE

Carta dos estudantes de Jornalismo ao Conselho Universitário

Aos membros do Conselho Universitário da PUC-SP,

No dia 27/2 deste ano, nós, estudantes do curso de Jornalismo da PUC-SP, comparecemos ao Conselho Administrativo da Universidade para expor diversos problemas do nosso curso e exigir resoluções, a fim de garantir melhores condições para o nosso estudo, assim como buscar garantias de acesso e permanência de estudantes dentro da universidade.

Depois de algumas conversas com a Fundação São Paulo (Fundasp), conseguimos aprovar a compra de materiais para nossos laboratórios de Fotografia e Vídeo, que vem acontecendo em etapas. Conseguimos também uma redução na nossa mensalidade, que não foi

a ideal, mas que nós pretendemos manter para o ano que vem, visto que o preço total que nos era cobrado não fazia jus algum à estrutura a qual temos acesso e, mesmo com a redução, ainda não faz.

Além disso, fomos realocados para o terceiro andar do "Prédio Novo", porém as reformas no quinto andar sequer começaram a acontecer, além de ainda termos aulas de Rádio Jornalismo e de Vídeo em salas com condições insalubres.

Pontuamos, mais uma vez, que não acreditamos no modelo de universidade que a Fundasp tem perseguido em relação à PUC-SP, com fechamento de cursos e demissão de professores, além de problemas estruturais e que tentam cercar nossa liberdade

de no interior da faculdade.

Diante disso, lutamos para que o curso de Jornalismo não tome o mesmo rumo, para que continuemos a construir um curso crítico, com menor evasão de alunos, professores mais entusiasmados e que garanta o acesso e a permanência de diferentes camadas sociais.

Portando, com a proximidade do final do ano, exigimos que outras reivindicações que fizemos sejam colocadas em prática:

- Manutenção do desconto na mensalidade referente ao ano de 2015. Não iremos aceitar qualquer aumento de mensalidade no ano que vem, porque mesmo com as mudanças na grade curricular do nosso curso, sabemos que a qualidade

e a infraestrutura do Jornalismo continuarão a quem ao preço que pagamos;

- Política de ampliação de bolsas de estudo e financiamento provenientes da Fundação São Paulo;

- Abertura do edital das bolsas de estudo antes do início do ano letivo, de modo que os interessados consigam passar pelas burocracias necessárias sem precisarem desembolsar as taxas absurdas cobradas pela PUC-SP;

- Reforma no 5º andar, para que os laboratórios de Vídeo Jornalismo e Rádio Jornalismo saiam da Faficla, um prédio que já deveria ter sido desativado em sua totalidade.

Atenciosamente,

Estudantes de Jornalismo da PUC-SP

Sinpro-SP contesta judicialmente não pagamento do abono da PLR

O Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Sinpro-SP) informou em seu site que entrou com ação judicial contra as instituições de ensino que, como a PUC-SP, não pagaram em outubro os valores referentes à Participação nos Lucros e Resultados ou seu abono aos seus trabalhadores.

O primeiro passo foi chamar o Foro Conciliatório de Conflitos Coletivos. Quatro instituições denunciadas foram convocadas. A

reunião foi realizada no dia 12/11 e agora o Sindicato vai entrar com ações de cumprimento na Justiça do Trabalho contra as instituições que insistiram no não pagamento.

A PUC-SP informou no início de outubro à APROPUC e à AFAPUC que estaria depositando em juízo os valores que deveriam ser pagos a professores e funcionários, uma vez que tinha dúvidas se o pagamento de lucros por parte de uma instituição não

lucrativa não acarretaria a perda da filantropia.

Nesse sentido a PUC-SP realizou consultas ao Ministério da Fazenda e à Justiça do Trabalho para saber se poderia pagar os valores devidos aos seus funcionários. A resposta da Justiça do Trabalho foi que a discussão da filantropia deveria ser travada em outro fórum, mas que não restava nenhuma dúvida que os valores deveriam ser pagos aos trabalhadores.

O Sindicato dos Profes-

sores informou também que somente seis instituições de ensino de todo o estado não pagaram a PLR ou o abono a seus funcionários. Com exceção da PUC-SP nenhuma delas é filantrópica, ou seja, todas as demais escolas que não têm fins lucrativos não tiveram dúvidas quanto à justeza do pagamento.

O abono da PLR deve ser pago pelas escolas que não têm fins lucrativos na razão de 24% do valor bruto do salário de cada trabalhador.

Ministério Público interpela reitoria da PUC-SP sobre fechamento de turmas

A Reitoria da PUC-SP foi notificada pela Procuradoria da República do Estado de São Paulo a prestar esclarecimentos sobre o fechamento de turmas ocorrido em agosto deste ano.

O procurador Rafael Siqueira de Preto pede informações, especificamente sobre quando e como as turmas e os alunos atingidos foram avisados da deliberação datada de 1º de agosto de 2014; se houve prorrogação do período de matrícula para os alunos atingidos pelas aludidas deliberações e o tratamento dispensado; a(s) alternativa(s) disponibilizada(s) para realocação dos alunos atingidos pelas referidas deliberações; se há previsão normativa da própria instituição de ensino superi-

or que estabeleça antecedência mínima para comunicação aos alunos do desdobramento ou fechamento e realocação das respectivas turmas/disciplinas.

A ação do Ministério Público foi provocada por uma ação de um aluno que, não tendo opção para se inscrever no segundo semestre, recorreu à Justiça para que possa concluir seu curso.

O fechamento de turmas por número insuficiente de alunos tem sido uma prática constante da universidade visando conter possíveis dificuldades financeiras.

Essa medida vem causando enormes transtornos tanto aos professores que vêm-se da noite para o dia com seus contratos de trabalho reduzidos e para os

alunos que ficam impossibilitados de concluir seus cursos.

O ingresso na Justiça por parte dos estudantes vem se constituindo em

um motivo de preocupação para os gestores da universidade e foi tema de uma das discussões no último Conselho de Administração, Consad.

**FORTALEÇA A LUTA DOS
PROFESSORES**

ASSOCIE-SE À APROPUC

Defenda seus direitos

*Basta entrar no site www.apropucsp.org.br,
escrever para apropuc@uol.com.br, telefonar
para 11 3872-2685 ou inscrever-se na
sede da entidade, à Rua Bartira 407*

GAUCHE NA VIDA

Sugestões para o Ministério de Dilma

Guilherme Boulos

Cara Presidenta,

Nós dos movimentos sociais nos sentimos amplamente contemplados com os primeiros nomes para seu ministério. Governo novo, ideias novas. Os gestos não poderiam ter sido melhores.

Joaquim Levy na Fazenda foi uma sacada de gênio, com grande sensibilidade social. Pena que o Trabuco não quis, mas confio que seu subordinado no Bradesco dará conta do recado. A Marina queria indicar gente do Itaú. O Aécio tinha obsessão pelo Dr. Armínio. Mas esses, como a senhora disse na campanha, tomariam medidas impopulares. A solução certamente está com o Bradesco. Itaú de fato não pode, mas Bradesco... Vá lá!

Kátia Abreu na Agricultura achei um pouco ousado demais. Cuidado pra não ser chamada de bolivariana! Os índios e os sem-terra estão em festa pelo país. Não temos dúvidas de que o ministério terá um compromisso profundo com a demarcação das terras indígenas, o combate ao latifúndio e com a Reforma Agrária.

Armando Monteiro no Desenvolvimento deixa seus detratores sem argumentos, muito bem! Dizem que a senhora não dialoga com a sociedade civil. Ora, como não? A Confederação Nacional da Agricultura em um ministério e a Confederação Nacional da Indústria em

outro. Aí está a gema da sociedade civil, as entidades patronais.

Tem gente sendo injusta com a senhora, dizendo que essas indicações sinalizam que seu governo irá aplicar o projeto derrotado nas urnas. Não se deixe levar por isso. Estão fazendo o jogo da direita, no fundo querem mesmo é desestabilizá-la.

A senhora está no caminho certo. Para onde? Bom, esta é outra questão. Mas o que eu gostaria mesmo é de humildemente lhe apresentar algumas sugestões para a composição dos ministérios.

Para a pasta das Cidades o nome é o Kassab. Homem experiente foi prefeito de São Paulo e terá a oportunidade de aplicar nacionalmente o que fez por aqui. Imagine incêndios em favelas no Brasil todo! Vamos acabar de vez com esta herança arcaica que são as favelas, Kassab já mostrou que sabe fazer. Tem também a política de despejo expresso, sem necessidade daquela burocracia toda de uma ordem judicial. E é claro, leva com ele uma equipe íntegra e competente. Talvez o Aref como secretário-executivo, que tal?

Nos direitos humanos não há muito que discutir. É Bolsonaro na certa. Um homem que pauta, com coragem, grandes temas tabus como a tortura, o direito ao aborto, a maioria penal e o papel dos militares na sociedade. Cabeça arejada e capacidade de dialogar com todos os setores sociais. Ele e a Kátia poderiam ser os

novos interlocutores do movimento popular no governo.

Nas Comunicações sugiro o Fabio Barbosa, da "Veja". Já mostrou ser um tipo criativo. Sua capacidade de criar fatos e transformá-los em manchetes está mais do que demonstrada.

Imagine isso tudo a serviço de seu governo! Os blogueiros radicais, que defendem democratização da mídia, podem não gostar. Mas paciência, nem Jesus agradou a todos. Afinal, a senhora poderá argumentar que a alternância no poder é necessária. A "Globo" já teve três ministros, agora é a vez da "Veja".

Para a Cultura eu tenho dúvidas. A Marta saiu com aquela cartinha mal-educada, querendo fazer média com o mercado. Convenhamos, a senhora foi muito mais esperta. Ao invés de fazer média com o mercado, trouxe ele para dentro do governo. Deixou a Marta falando sozinha.

É preciso resgatar a credibilidade do ministério. Pensei primeiro no Lobão, porque ele pararia com essa história de impeachment e ainda traria o apoio da turminha dos Jardins. Se bem que esta turminha tem cada vez menos razões para lhe fazer oposição. Mas acho que ele prefere construir a carreira junto com o Aécio, não toparia.

Talvez então o Reinaldo, homem culto e com ampla visão. Reinaldo Azevedo, sabe? Ele vive falando mal da senhora, mas acho que no fundo é tudo ressentimento. Uma liga-

ção e ele se abre que nem uma flor. Vai por mim, até um rottweiler precisa de carinho. É isso que ele deve estar esperando há anos.

Há quem possa achar minhas sugestões muito conservadoras. Mas estou preocupado com a governabilidade. Governabilidade é tudo, presidenta! É um fim em si, como demonstram suas escolhas e as decisões de governo nos últimos 12 anos.

Se seguir minhas sugestões ao menos não poderão acusá-la de incoerente. Quem já convidou Levy, Kátia e Armando pode, pela mesma lógica irrefutável, convidar Bolsonaro, Fábio Barbosa e Reinaldo. Quanto ao Kassab, admito que a senhora teve a ideia antes e já anda sondando com ele.

Cordialmente, despeço-me certo de que teremos a opinião considerada.

Guilherme Boulos é formado em filosofia pela USP, professor de psicanálise e membro da coordenação nacional do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). Também atua na Frente de Resistência Urbana e é autor do livro "Por que Ocupamos: uma Introdução à Luta dos Sem-Teto".

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

APEOESP-Santo André inicia campanha pelo direito de livre expressão

Através de um blog, cujo endereço é <http://lutareumdireito.wordpress.com/>, a APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do São Paulo) de Santo André está convidando organizações sindicais e políticas, partidos de esquerda, entidades de movimentos sociais e quaisquer interessados em participem da campanha pelo direito de organização sindi-

cal e política e pelo direito de livre expressão e manifestação.

Basta enviar uma moção para qualquer um desses emails: santoandré@apeoespsub.org.br, president@apeoesp.org.br, destaat@see.sp.gov.br, infoeducacao@educacao.sp.gov.br. A publicização da campanha na imprensa e nas respectivas entidades também é de suma importância para os professores.

A campanha surgiu depois de vários acontecimentos: alguns membros da APEOESP-Santo André estão sofrendo, desde 23/9, ameaças e intimidações, além de pneus furados, furto das rodas e de outras peças do carro; ameaça de morte por telefone. Todos os ocorridos aconteceram depois da Subseção da APEOESP-Santo André impulsionar uma série de lutas

**Anistia
Internacional
realiza campanha
pelo fim das
mortes de negros**

Laçada em 9/11, a campanha Jovem Negro Vivo, organizada pela Anistia Internacional no Brasil, já ganhou o apoio de mais 11 mil pessoas, que se mobilizaram contra o número assustador de mortes dos jovens negros no país. De acordo com a Anistia Internacional, que é um movimento global que realiza campanhas que tem como objetivo o cumprimento dos direitos humanos, do total de 93% de homens que são vítimas de homicídios no Brasil, 77% são negros. A campanha da Anistia Internacional tem a finalidade de trazer medidas efetivas de combate aos homicídios que a população negra sofre diariamente. Quanto mais a campanha crescer, mais fácil esse apelo será levado às autoridades, a fim de exigir políticas públicas eficazes. A campanha continuará em 2015 e para saber como ajudar basta entrar no site: <https://anistia.org.br/campanhas/>.

**Artigo sobre a Casa
dos Meninos é
publicado em revista**

A ONG Casa dos Meninos, formada em 1999, tem o importante papel de construir o saber a partir de formas alternativas, que propiciem aos jovens o interesse pela escrita e pela leitura. Na última edição da Revista Filosofia e Educação foi publicado o artigo de Guilherme Flynn Paciornik, Pedro Peixoto Ferreira, que conta a história do ativista Cleodon Silva e da Casa dos Meninos. O artigo na íntegra pode ser lido em: <http://www.fe.unicamp.br/revistas>.

Manifestações artísticas e debates celebram Semana de Solidariedade ao Povo Palestino

Começando no sábado, 29/11, Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, e terminando no domingo, 7/12, a programação é composta por filmes, poesias, músicas e debates. A atividade faz parte do I Fórum e Semana de Solidariedade ao Povo Palestino, organizada pela Frente em Defesa do Povo Palestino e pelo Comitê pelo Estado da Palestina Já, que abarcam diversas organizações da sociedade civil.

A Semana conta com o apoio do Instituto da Cultura Árabe e da Prefeitura Municipal de São Paulo. Durante a abertura será lançada a campanha humanitária em solidariedade a Gaza. Basta enviar um email à frentepalestina@yahoo.com.br se houver

qualquer dúvida.

Na segunda-feira, 1/12, às 19h30, o debate Direitos Humanos e direito internacional sobre a questão palestina acontecerá na Auditório da Secretaria Municipal de Direitos Humanos. Já na terça-feira, 2/12, às 18h será realizada a aula pública Breve história da Palestina: dos massacres à resistência, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo.

Em 3/12, quarta-feira, o debate "Mulheres árabes e a luta contra o imperialismo ontem e hoje" acontece na Biblioteca Mário de Andrade, das 19h30 às 21h.

O Recital de música e poesia será na quinta-feira, 4/12, no Teatro Heleny Guariba, na Praça

Roosevelt. Na sexta-feira, 5/12, das 19h30 às 21h30 acontecerá na Biblioteca Monteiro Lobato o debate A questão palestina na mídia.

Na mesma biblioteca será realizado o debate Caminhos para a libertação da Palestina na visão dos partidos políticos, no sábado, 6/12. No último dia da Semana, domingo, haverá diversas atividades: às 10h debate sobre A resistência internacional da juventude e às 12h O movimento sindical e a solidariedade internacional, ambos na Biblioteca Monteiro Lobato. O encerramento será às 17h, no Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes, com uma apresentação de hip hop.

ROLA NA RAMPA

Debate do NEILS discute conjuntura atual e atuação dos movimentos sociais

Na quinta-feira, 27/11, às 21h ocorreu o debate Ideologias, Movimentos Sociais e Poder Político, no auditório 119-A, que fez parte das atividades do Seminário de celebração dos 20 anos no Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS). O debate, que Ilse Gomes, da UFMA coordenou, foi composto por Alex Hilsenbeck, da Fundação Cásper Líbero; Jair Pinheiro, da UNESP; Guilherme Boulos, coordenador do MTST. Foi discutida a atual conjuntura política e o papel dos movimentos sociais e reflexões sobre os governos petistas e a reeleição da presiden-



Mesa do debate sobre a atuação dos movimentos sociais

ta Dilma. Boulos deu um panorama sobre a visão do MTST em relação aos desdobramentos políticos de tal conjuntura e os posicionamentos do movimento. Completou dizendo que a organização

aposta que o momento é oportuno para unificar as lutas entre os movimentos populares, através de uma pauta única: pelas reformas de base (urbana, agrária, da mídia e tributária).

Vestibular da PUC-SP tem aumento de inscrições

O Vestibular da PUC-SP teve, na sua versão 2015 um aumento de procura. Este ano inscreveram-se para a seleção da PUC-SP 14.597 candidatos, contra 13.589 registrados no ano passado. Os cursos mais procurados foram Medicina, Direito, Relações Internacionais, Jornalismo, Psicologia e Administração. A professora Anna Cintra informou no Consun que a PUC-SP estuda utilizar o resultado do ENEM já no próximo vestibular. Também foi anunciado que o processo de inscrição da PUC-SP será feito separadamente de outras unidades que compõem o Vestibular Unificado.

Projeto Sou Solidário aprovado pela PUC-SP

O projeto Sou Solidário foi finalmente aprovado pela Fundação São Paulo. Com mais de 20 mil curtidas em sua página do Facebook, o projeto consiste em compartilhar atos de solidariedade de membros da comunidade puquiiana, e acaba de ser aprovado pela Pró-

reitoria de Cultura e Relações Comunitárias e pela Fundasp para o ano de 2015. Curta a página e envie notícias no endereço www.facebook.com/sou-solidariopucsp e responda o questionário proposto pelos organizadores em <http://goo.gl/qy2XaC>.

Tese de mestrado da Faculdade de Medicina recebe prêmio

No dia 14/11 uma dissertação de mestrado, feita em associação das Faculdade de Medicina de Sorocaba – PUC-SP e UNISO – Pós-graduação em Ciências Farmacêuticas, recebeu o prêmio de Melhor Trabalho Experimental no Congresso Brasileiro de Cirurgia Plástica. O projeto foi baseado na área de queimaduras e avaliação de curativos, com o título "Avaliação Histopatológica das Queimaduras de 2o Grau por Escaldamento em Ratos: Uso de Diferentes Curativos à Base de Prata".



Prof. Ms. Décio Portella, do departamento de Cirurgia, exhibe o prêmio conquistado

Estudantes recebem Prêmio Jovem Jornalista

Os estudantes Gabriel Azzi Collet e Suria Barbosa, alunos do segundo ano do curso de jornalismo da PUC-SP e orientandos do professor Marcos Cripa e de Bianca Vasconcellos, da TV Brasil, são os autores de um dos cinco trabalhos vencedores do VI Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão

2014. A premiação é promovida pelo Instituto Vladimir Herzog de Direitos Humanos e o tema deste ano foi "As Heranças do Golpe de 1964". O trabalho final é o vídeo "Cadeias indígenas - Oficiais e clandestinas", que pode ser conferido no link <https://www.youtube.com/watch?v=xExXdRiZue4>.

Revista Lutas Sociais nº 32 já disponível

A nova edição da Revista Lutas Sociais, organizada pelo Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (Neils), traz um Dossiê sobre a Ditadura, Exílios e Resistências, aproveitando os 50 anos do Golpe Militar no Brasil. A publicação traz textos de diversos professores universitários sobre temas como tortura, ditadura em Portugal e na Argentina, feminismo, guerrilhas, imprensa, ex-

pansão do capital, conservadorismo e crises políticas, com contribuições de José Rubens de Almeida, Myrna Coelho, Lúcio Flávio de Almeida, Maíra Kubik, Kátia Paranhos, Jules Falquet, Célia Congílio, Rafael Bellan de Souza, Raiane Assumpção, Renato Cancian, entre outros. Para saber como adquirir sua cópia da revista, envie email para lutas_sociais@pucsp.br.